



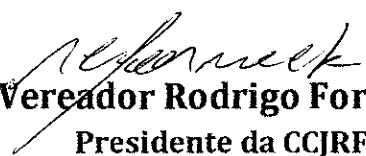
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



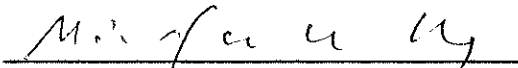
## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relator do Projeto de Lei nº20/2019, o Vereador Artêmio Costa para que apresente parecer em até sete dias.

Rio Branco/AC, 09 de 07 de 2019.

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente da CCJRF

**MANIFESTO CIÊNCIA**  
da relatoria designada acima,  
em 09/07/2019.

  
**Vereador Relator**

**PARECER Nº 14/2019/CCJRF, CUITT e CMA**

**Autoria:** Vereador José Carlos Juruna

**Relatoria:** Vereador Artêmio Costa

**I - RELATÓRIO**

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** conjuntamente com a **COMISSÃO DE URBANISMO, INFRAESTRUTURA, TRÂNSITO E TRANSPORTES** e com a **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE** apreciam o Projeto de Lei nº 20/2019, de iniciativa do Vereador José Carlos Juruna, que tem como objetivo instituir o Programas de Hortas Comunitárias em terrenos baldios no município de Rio Branco.

Projeto de Lei apresentado à fl. 02 e a justificativa da propositura às fl. 03-04.

A intenção do legislador é a alternatividade nas rendas das famílias e de entidades sem fins lucrativos, usando de terrenos baldios e sem finalidade para a melhoria da qualidade de vida da população. Na justificativa, também apresenta os benefícios para a cidade, já que o programa pode ajudar na questão visual dessas áreas.

A Procuradoria Legislativa emitiu aprovação com sugestão de emendas.

É o necessário a relatar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que o Projeto de Lei n. 36/2018 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõem o art. 30, I, da CF/88 e o art. 22, I, da Constituição Estadual, por se tratar de matéria de interesse local.

Também não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa previstas na Lei Orgânica, podendo, portanto, ser proposta por qualquer dos legitimados à propositura de leis no âmbito municipal.

Ademais, o STF asseverou que a criação de programas municipais por lei de iniciativa parlamentar não invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo municipal. Veja-se:

**Agravo regimental no recurso extraordinário. Lei de iniciativa parlamentar a instituir programa municipal denominado “rua da saúde”. Inexistência de vício de iniciativa a macular sua origem.**

1. A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
2. Inviável a análise de outra norma municipal para aferição da alegada inconstitucionalidade da lei.

"Valorize a vida, não use drogas"

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgReg no RE 290.549, 1ª Turma, Relator Ministro Dias Toffoli, julgado em 28/02/2012).

O objetivo do projeto é instituir o programa de hortas comunitárias em terrenos baldios, possibilitando que os proprietários de terrenos ociosos cedam esses espaços para que pessoas de baixa renda e entidades sem fins lucrativos inscritas no programa cultivem hortaliças, legumes, plantas medicinais e ornamentais.

A proposta não demonstra aptidão para violar qualquer princípio ou regra constitucional, nem mesmo os atinentes à legislação infraconstitucional. Pelo contrário, contribui para que, no Município, as propriedades cumpram sua função social e sejam produtivas, gerando renda e qualidade de vida para a população de baixa renda, em consonância com o art. 5º, XXIII, e 182, § 1º, da Constituição Federal, e com o art. 1.228, § 1º, do Código Civil.

Além disso, a proposição concretiza os princípios da função social da cidade e da função social da propriedade, consagrados no plano diretor do Município (arts. 5º, II e III, 7º, 8º e 9º, da Lei n. 2.222/2016).

Pontue-se que diversos outros municípios da Federação possuem leis semelhantes, podendo-se mencionar o Município de Sorocaba (Lei n. 11.776/2018), o Município de Guarujá (Lei n. 4.559/2018) e o Município de Juiz de Fora (Lei n. 13.526/2016).

Finalmente, apresento emenda modificativa ao art. 4º do projeto para correção de equívoco material, pois o dispositivo está numerado como art. 2º.

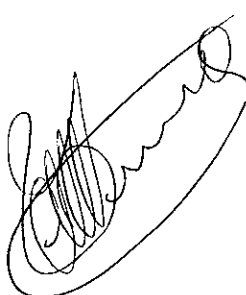
### III - VOTO

Ante o exposto, em posse das razões colacionadas, voto pela aprovação com a emenda sugerida ao Projeto de Lei nº 20/2019.

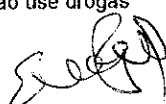
Submeto aos demais pares.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
**Vereador Artêmio Costa**  
Relator



"Valorize a vida, não use drogas"





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CCJRF  
PARECER Nº 14/2019/CCJRF, CUITT e CMA

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	Relas conclusões	
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	relas conclusões	
Vereador Rodrigo Forneck Membro Titular	Relas conclusões	
Vereador N. Lima Membro Titular	relas conclusões	
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	_____	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CUITT  
PARECER Nº 14/2019/CCJRF, CUITT e CMA


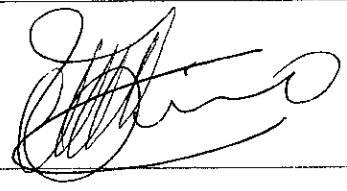

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Jakson Ramos Membro Titular	pelos benefícios	
Vereador José Carlos Juruna Membro Titular	PELO A CONSTRUÇÃO	
Vereador Rodrigo Forneck Membro Titular	pelos benefícios	roforneck
Vereador N. Lima Membro Titular	com o rebatar	
Vereador João Marcos Luz Membro Titular	com o rebatar	
Vereador Mamed Dankar Membro Suplente	_____	_____
Vereador Clézio Moreira Membro Suplente	_____	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CMA  
PARECER Nº 14/2019/CCJRF, CUITT e CMA

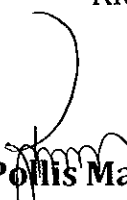
PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereadora Sandra Asfury Membro Titular	_____	_____
Vereador José Carlos Juruna Membro Titular	Pelo emulação	
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	Pelas conclusões	
Vereador N. Lima Membro Titular	Pelo relato	
Vereador Raimundo Neném Membro Titular	Pelo relato	
Vereador Mamed Dankar Membro Suplente	_____	_____
Vereador Célio Moreira Membro Suplente	_____	_____

## CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº 20/2019 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF, na Comissão de Urbanismo, Infraestrutura, Trânsito e Transporte – CUITT e na Comissão de Meio Ambiente – CMA, em reunião conjunta realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck.

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Lei nº 20/2019 e seu respectivo parecer conjunto com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

**ACUSO RECEBIMENTO, em  
09/07/2019.**

**Diretoria Legislativa**